



## **BOLETIM 495**

**Brasília, 17 de janeiro de 2018**

### **Centrais Sindicais reforçam a luta contra a “reforma”**

As Centrais se reuniram dia 15 para debater agenda de ação contra a reforma da Previdência do Governo Temer, Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 287/16.

O Fórum também debateu a resistência contra a onda conservadora que ataca severamente a democracia. “Os sindicalistas se somam aos movimentos sociais nesta luta. A defesa da democracia e das instituições são fundamentais para a edificação de uma sociedade avançada e inclusiva”, avaliaram os dirigentes da Nova Central, CTB, CSB, CUT e Força Sindical.

Unidas, as entidades indicaram a elaboração de uma campanha para agitar as bases e denunciar o caráter mentiroso da campanha do governo. É vergonhosa a forma como o governo tenta manipular a população em torno da viabilidade desta reforma, afirmam as Centrais.

Os sindicalistas também debateram o atual momento vivido pelo Ministério do Trabalho, que vem se omitindo e desrespeitando os acordos coletivos.

O objetivo é alertar toda a população, a comunidade jurídica e os parlamentares para os riscos das propostas legislativas que tendem a enfraquecer a autoridade judiciária em suas respectivas carreiras, que pretendem sucatear o sistema previdenciário brasileiro, e, de resto, para o quadro de descaso e paralisia institucional que



ameaça a própria integridade da magistratura e do Ministério Público.

A intenção é que também sejam realizados atos deste tipo em todo o país. Segundo o presidente da Anamatra, Guilherme Feliciano, “as consequências nefastas da PEC 287/16 e de vários projetos de lei que ameaçam a independência daquelas instituições não serão sentidas apenas por juízes, procuradores e promotores, mas por toda a população. A vítima, ao cabo e ao fim, será a cidadania”.

Com o objetivo de reforçar a pressão junto aos parlamentares, as Centrais indicaram agenda de ação a partir de 2 de fevereiro, data em que serão retomados os trabalhos do Congresso Nacional. As Centrais vão se reunir com os presidentes da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Também está previsto nos primeiros dias de fevereiro reunião com os líderes das duas Casas legislativas. As entidades sindicais devem construir em suas bases agendas para movimentar o país e preparar a classe trabalhadora para uma eventual votação dia 19 de fevereiro.

*Fonte: Comunicação CONTRICOM*

## ENGANOSA



## Publicidade da reforma da Previdência no Google fere direito à informação

**Após série de suspensões por abuso da propaganda oficial, governo vai usar dados de cidadãos para convencê-los a apoiar a mudança na aposentadoria**

Há poucos dias foi noticiado que o governo de Michel Temer avalia mais uma forma de tentar ganhar defensores para a impopular reforma da Previdência. Desta vez a estratégia seria contratar plataformas de buscas do Google para oferecer resultados customizados de acordo com o perfil do cidadão para pesquisas sobre o termo.

A notícia se soma às informações assombrosas sobre os altos gastos públicos do governo federal com publicidade relacionada à difusão da posição do governo quanto à reforma da Previdência e a negociações escusas com veículos de comunicação por verbas oficiais.

Acende-se, assim, um alerta sobre os limites da publicidade oficial.

O conteúdo da publicidade oficial acerca da reforma da Previdência já foi questionado na Justiça duas vezes, com determinação de suspensão da veiculação. Em março, a juíza Marciane Bonzanini, da 1ª Vara Federal de Porto Alegre (RS), em resposta a uma ação civil pública de autoria de nove sindicatos trabalhistas do Estado do Rio Grande do Sul, analisou os conteúdos disponibilizados no site do governo federal e concluiu que "a campanha publicitária retratada neste feito não possui caráter educativo, informativo ou de orientação social, como exige a Constituição em seu art. 37, § 1º. Ao contrário, os seus movimentos e objetivos, financiados por recursos públicos, prendem-se à mensagem de que, se a proposta feita pelo partido político que detém o poder no Executivo federal não for aprovada, os benefícios que compõem o regime previdenciário podem acabar", conforme registrado em reportagem do *Estadão Broadcast*.

Em novembro, deputados e senadores aprovaram um projeto de lei autorizando o repasse de R\$ 99 milhões para publicidade relativa à reforma da Previdência. Isso diante do discurso oficial de restrição dos gastos públicos.

No início de dezembro, a juíza federal Rosimayre Gonçalves de Carvalho, da 14ª Vara da Justiça Federal do Distrito Federal, atendeu a um pedido de medida liminar apresentado pela Anfiop e suspendeu a veiculação das peças de campanha a favor da reforma da Previdência intitulada "Combate aos Privilégios".

Em dezembro, a procuradora-geral da República, Raquel Dodge, entrou com ação direta de inconstitucionalidade (ADI) no STF contra a propaganda do governo sobre a "reforma da

Previdência Social". O argumento usado pelo MPF é de que a publicidade oficial deve se voltar para a informação, e não para convencimento da população sobre um programa de governo ainda em processo de análise e votação no Congresso. Manipulação digital

Uma preocupação urgente é com a transparência com relação à publicidade política impulsionada. Uma vez que a publicidade online pode ser individualizada e variar de acordo com o perfil de cada usuário, é essencial que se garanta a possibilidade de controle social. Neste caso, como poderia a Justiça avaliar a ação – seja de publicidade oficial, seja de campanha eleitoral – para verificar sua legalidade?

O mínimo a se exigir é transparência com relação ao conteúdo priorizado, tanto na plataforma de buscas, quanto na de vídeos, como o YouTube. O conteúdo impulsionado deve ser discriminado como publicidade, como exige a legislação.

E, com o objetivo de que qualquer pessoa possa ter acesso a esses dados, devem ser disponibilizados quais conteúdos foram impulsionados, ainda que em área de Transparência da Secretaria de Comunicação.

Por último, vale ressaltar que a discussão é ainda mais grave, porque o Brasil não dispõe de uma Lei Geral de Proteção de Dados, o que torna brasileiros e brasileiras ainda mais vulneráveis com relação às práticas de perfilamento.

Aqui as informações sobre os internautas são coletadas, armazenadas, tratadas, vendidas e utilizadas basicamente de acordo com os critérios definidos em termos de uso e de privacidade estabelecidos pelas próprias empresas que lucram com dados pessoais.

*Fonte:* INTERVOZES



## Ciro Gomes: o país quer um ficha-limpa na presidência

“Nesse momento no Brasil quase todos os políticos Centrais estão enrolados, quase todos e eu não”, afirmou o ex-governador **Ciro Gomes**, pré-candidato à Presidência da República pelo PDT, em entrevista ao *Jornal do Comércio*, de Porto Alegre. “E a campanha está pedindo alguém ficha limpa, experiente, com história política que possa ser examinada”, acrescentou o pedetista.

Sobre a situação de **Lula**, **Ciro** comentou que torce para que ele seja absolvido. E, sobre a improvável candidatura do petista ao Planalto, o ex-governador acrescentou que “a candidatura dele – e digo isso com muito carinho e respeito –, é um desserviço a ele e ao Brasil. A ele, porque jamais vai replicar o extraordinário governo que fez. Ao País, porque, se ele for candidato, não se tem mais debate sobre o futuro da nação. É ódio e paixão em relação ao **Lula**, e projetará por não sei quantos anos esse negócio que está arrebrandando com o País. Isso é o que eu penso, e dói em mim”.

**Ciro Gomes** criticou as privatizações que, segundo ele, são roubos. “Esse negócio de vender um país não é neoliberalismo. Isso é canalhice pura e simples”, alertou. “Se tem uma quadrilha no poder no Brasil, isso eu sei bem quem são. **Temer**, **Padilha**,



Geddel, Moreira Franco (PMDB), isso é tudo quadrilheiro. É bandido”, acrescentou.

“Outra coisa”, destacou, é que “jamais houve experiência na humanidade em que o “laissez-faire” (deixar fazer, em tradução livre) fosse encarregado de desenvolvimento. Respeito a iniciativa privada, que tem um papel indispensável ao progresso, mas ela jamais promoveu desenvolvimento”.

“O Brasil tem um modelo de desenvolvimento dependente de capitais externos. Há tarefas de fundo e outras de virada. As de fundo são levantar o nível de capital doméstico, que está baixíssimo para formação bruta de capital, que hoje é de 14% do PIB.

“O País comigo vai tomar a deliberação de crescer, e o BC perseguirá menor inflação a pleno emprego”, assinalou. “Onde estamos que o presidente da República pode ser qualquer um, mas o do BC não pode ter interferência? Evidente que não haverá interferência politiquêira e demagógica, mas vou buscar que os preços se comportem em favor da produção, da parcimônia e do trabalho, e não do consumismo populista. O câmbio tem de estimular a produção, e a taxa de juros será estressada para ficar abaixo da rentabilidade média dos negócios. Inflação boa é inflação zero”, disse.

Ao avaliar o governo Temer, Ciro disse que “ser aliado desse governo é o beijo da morte”. “Acho que o PSDB cometeu um erro de atacado produzido pelos velhos, que já estão cansados de perder e não têm mais a esperança no futuro, então resolveram cair de boca na esculhambação, tipo o Aloysio Nunes”, denunciou.

“Se eles deixam a Dilma administrar essa loucura de política econômica que ela fez, totalmente errada, e esses números todos que estou lhe dizendo fossem imputados à Dilma, a eleição para eles hoje era um passeio. Se a Dilma estivesse no governo, ela que seria responsabilizada por esses números que eu dei aqui. Que tipo de situacionismo sobreviveria a isso? Nenhum”, avaliou.

Fonte: *Jornal do Comércio*



## Investigação de diretores aponta atuação ilegal de Temer e Moreira na CEF

***Investigação mostrou que informações de operações financeiras eram repassadas para Moreira e Michel Temer. Diretores foram indicados por Eduardo Cunha e Geddel ainda no governo Dilma***

Michel Temer afastou quatro vice-presidentes da Caixa Econômica Federal ligados a Eduardo Cunha e Geddel Vieira Lima, suspeitos de cometer ilícitos contra o patrimônio público. A decisão só foi tomada depois de muita pressão, já que Temer tinha decidido mantê-los no cargo apesar da recomendação pelo afastamento feita na semana passada pelo Ministério público Federal. Foi só quando o Banco Central cobrou, nesta terça-feira (16) a saída é que Temer foi obrigado a voltar à trás.

Investigação independente conduzida por um escritório de advocacia encontrou indícios de que um dos vice-presidentes da Caixa, Roberto Derziê Sant’Anna, teria fornecido informações sobre operações em trâmite do banco ao



presidente Temer e ao ministro da Secretaria-Geral, Moreira Franco, ou atendido a pedidos dos dois. Recentemente, o ministro Carlos Marun anunciou que só seriam liberados financiamentos a estados e municípios que garantissem votos para a reforma da Previdência. A apuração interna foi remetida ao Comitê Independente da Caixa. O documento também foi enviado ao Ministério Público Federal (MPF).

Os diretores Antônio Carlos Ferreira, vice-presidente corporativo, Deusdina dos Reis Pereira, vice-presidente de fundos de Governo e Loterias, Roberto Derziê de Santana, vice-presidente de Governo e José Henrique Marques da Cruz, vice-presidente de Clientes, Negócios e Transformação, ocupavam os cargos desde o governo Dilma, juntamente com Fábio Cleto, indicado de Eduardo Cunha, quando este ainda era aliado da petista, e que assinou acordo de colaboração premiada com a justiça.

Foram encontrados documentos que podem indicar, pelo menos, o atendimento de pedidos ou o fornecimento de informações de operações em trâmite na CEF, por parte de Roberto Derziê de Sant'Anna, a Moreira Franco e a Michel Temer", diz o relatório da investigação.

O vice-presidente da Caixa afirmou que o apelido "cabeça branca" se referia a Moreira Franco. Mas, segundo o documento, Sant'Anna havia negado à Corregedoria da Caixa que tal apelido se referia ao ministro. "

Em outro trecho, Derziê Sant'Anna afirma que, apesar de não considerar o seu cargo como um cargo político ou do PMDB, ele conhece, além de Moreira Franco e de Michel Temer, o ex-ministro Geddel Vieira Lima e o ministro Eliseu Padilha (Casa Civil).

*Fonte: Portal HP*

## TRF3ª: profissão de marmorista deve ser reconhecida como especial

O desembargador federal Nelson Porfírio, da Décima Turma do Tribunal Regional Federal da 3ª Região (TRF3), reconheceu como especial o tempo de serviço de um segurado do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) que desempenhou a profissão de marmorista em diversos períodos entre 1968 e 1971.

O magistrado entendeu comprovado que o autor trabalhou como marmorista, conforme anotações em sua carteira de trabalho (CTPS), "sendo indiscutível que, no exercício da referida atividade, o trabalhador encontra-se exposto a agentes insalubres ocasionados não só pelo ruído, mas também pela inalação de pó de mármore e poeiras minerais oriundas do corte e polimento das pedras".

Como consequência, o desembargador reconheceu a natureza especial das atividades exercidas nos períodos relacionados, conforme código 1.2.10 do Decreto n.º 53.531/64 e código 1.2.12 do Decreto n.º 83.080/79.

*Fonte: TRF3ª*

### **BOLETIM CONTRICOM**

Presidente

**ALTAMIRO PERDONÁ**

Secretário Geral

**MIRALDO VIEIRA DA SILVA**

Secretário de Finanças

**AROLD PINTO GARCIA**

Secretário para Assuntos de Comunicação

**WILSON GERALDO SALES DA SILVA**

Redação e Edição

**INSTITUTO DOIS CANDANGOS**